

"O Brasil está perdendo tempo num mundo que é muito rápido. Meio ano e nem o ministério foi concluído."

Do ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), criticando o governo do presidente Lula, que o derrotou nas eleições presidenciais de outubro. Alckmin disse que vai trabalhar para ajudar o PSDB a ter um bom desempenho nas eleições municipais de 2008.

Georgescu-Roegen revisitado



MARIA CLARA R. M. DO PRADO

Há algo de instigante em alguns dos fatos deste início de século que nos remete aos escritos do economista romeno Nicolas Georgescu-Roegen. Estes fatos estão interrelacionados. São, por assim dizer, resultante do processo de liberalização que o mundo passou novamente a experimentar a partir da década de 90, combinado desta vez com os benefícios do rápido avanço tecnológico que lançou a humanidade nos braços da chamada sociedade da informatização.

O que instiga é a percepção de que este período de franca supremacia do uso da tecnologia a favor do bem-estar e do progresso econômico também tem se revelado como um período de proeminência daqueles que historicamente têm sido classificados como os bens mais primários à disposição do homem, os recursos naturais. E, mais interessante, enquanto caem os preços dos bens, serviços e sistemas alimentados por atualizações descobertas técnicas, sobem os preços dos bens mais elementares e básicos.

Um verdadeiro paradoxo, impensável nos tempos do auge da corrente estruturalista que nas décadas de 50 e 60 entendia estar a América Latina em perma-

mente desvantagem com os países mais desenvolvidos. O que a diferenciava era justamente o fato de ser abundante em recursos naturais e carente de uma indústria sólida que garantisse agregação de valor ao sistema de produção. Uma coisa parecia vir colada à outra. Daquela escola de pensamento, como se sabe, nasceram as iniciativas de substituição de importações com o objetivo de proteger o processo de industrialização dos efeitos danosos dos desequilíbrios da balança comercial. A perpetuação destes desequilíbrios se refletia na diferença entre a baixa receita cambial obtida com a venda dos produtos primários, de baixo valor agregado, e as despesas cambiais geradas com a compra dos produtos industrializados, cujos preços eram ditados pelos chamados centros do poder econômico internacional.

Cinquenta anos depois, países como o Brasil tiram proveito dos altos preços das commodities, tanto agrícolas quanto minerais, praticados no mercado externo, enquanto que importam bens a preços relativamente mais baixos. É como se a relação de troca tivesse se tornado mais favorável ao país, sem que muito esforço precisasse ter sido feito no campo da industrialização. No caso brasileiro, pesa ainda a valorização do real frente ao dólar, que acentua o favorecimento da atual relação de troca.

De fato, quando se olha os elevados preços do minério de ferro, um produto que não valia praticamente nada há não muito tempo; quando se toma conheci-

mento dos baixos estoques disponíveis para consumo do níquel e de outros metais; quando se acompanha a escalada ocorrida nos preços do petróleo e, finalmente, quando se depara com a corrida desenfreada dos investidores em direção aos biocombustíveis, em especial o etanol, dá para pensar seriamente que Georgescu-Roegen estava coberto de razão ao chamar atenção, ainda nos anos 60 e 70, para o fato de que, no fundo, o que é efetivamente escasso não é o capital e nem a mão-de-obra, mas os recursos naturais.

Roegen chegou a prever que os países mais desenvolvidos deveriam aceitar a perda de altos padrões para que outros países escapassem da pobreza

Ele se valeu de conceitos da física, como a segunda lei da termodinâmica, para exaustivamente defender a idéia de que todo o progresso tecnológico possível não seria suficiente para contornar as principais características de finitude e de esgotamento inerentes aos recursos naturais e à terra arável, conforme colocou claramente em um de seus artigos, intitulado "Energy and Economic Myths" ("Energia e Mitos Econômicos"), publicado em janeiro de 1975 no Southern Economic Journal, 41, nº 3. Cita, como exemplo, para justificar sua tese, o fato do consumo per capita de aço ter aumentado em 44% em

apenas uma década, entre 1957 e 1967.

Se vivesse hoje, Georgescu (faleceu em 1994) mais motivos encontraria para reafirmar sua posição que encontra hoje, sem dúvida, ressonância entre os ecologistas e ambientalistas, não apenas junto aos que se preocupam com os efeitos das emissões de gás carbônico, mas também aqueles que já começam a chamar atenção para os reflexos nocivos da projetada expansão da área plantada de cana-de-açúcar com vistas à produção de etanol. Além da possível consequência da erosão da terra, uma massiva produção de cana tende a deslocar para espaços menos nobres em termos de acessibilidade o cultivo de outras commodities.

Na época de Georgescu, a grande fonte energética alternativa ao petróleo era a energia nuclear, que foi fartamente implantada na Europa e chegou a ser introduzida nos países menos desenvolvidos, como o Brasil, a custos de instalação astronômicos. Antes disso, predominava o carvão. O tema energético atravessa gerações há séculos e o preço acaba acomodando as diferenças entre demanda e oferta, através da alocação de recursos que considera custos, disponibilidade e sustentabilidade. Só não tem conseguido acomodar o custo do efeito deletério da exploração dos recursos naturais, não só pela faceta poluente, mas também pela perspectiva de perecimento. E esse era justamente o ponto que passou a separar o pensamento do economista romeno, naturalizado norte-americano, dos seus colegas.

Hoje, o Brasil é auto-suficiente em petróleo e se apresenta, além disso, como o maior e melhor produtor potencial de etanol, graças à tecnologia desenvolvida para tornar o álcool utilizável como combustível. Neste ponto, Georgescu parece ter subestimado a capacidade do homem de reinventar as possibilidades de uso dos recursos naturais, o que não invalida a essência de sua tese no sentido de que os recursos naturais são finitos.

O Brasil é sem dúvida um grande privilegiado neste novo processo porque tem o que é escasso no mundo. A pergunta que se faz é se a valorização dos minerais e das commodities agrícolas veio para ficar. Ou seja, estamos falando de uma vantagem comparativa duradoura ou passageira? Se a resposta for passageira então pode-se estar cavando um problema, pois muito tempo iria demorar para recolocar o setor industrial em condições de competir internacionalmente.

Georgescu-Roegen, criador da "bioeconomia", chegou a prever que os residentes dos países mais desenvolvidos deveriam aceitar a perda de parte dos seus altos padrões de vida para que os países em desenvolvimento pudessem escapar da pobreza. Por enquanto, a valorização dos recursos naturais tem ajudado os mais pobres.

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, é sócia diretora da Cin — Comunicação Inteligente e autora do livro "A Real História do Real". Escreve quinzenalmente, às quintas-feiras. E-mail: mclaraprado@ig.com.br

Cartas de Leitores

Correspondências para Av. Jaguaré, 1.485, CEP 05346-902 - SP ou para cartas@valor.com.br, com nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados.

Mea culpa

"O deputado Clodovil Hernandez (PTC/SP) está contrariando as expectativas daqueles que, como eu, torceram o nariz para a sua eleição com quase 500 mil votos. Desde a posse, o deputado já apresentou sete propostas à Mesa da Câmara — bem mais do que alguns dos veteranos que lá estão. Disponíveis no site da Câmara dos Deputados, os projetos demonstram especial preocupação do parlamentar com os jovens, idosos e deficientes." HUMBERTO CORRÊA humberto@nepo.unicamp.br

Seguros

"No Valor de 28/03, na página F4 ("Seguradora adapta apólice ao bolso do consumidor") vale ressaltar a quantidade de pessoas que compram seguros sem saber do que se trata. A forma como muitos bancos, financeiras etc oferecem seguros não são transparentes, sendo que muitas vezes o cliente adquire um seguro com pré-requisito para outra operação (venda casa). Até acredito que a população está muito mais esclarecida hoje, porém ainda compramos muito gato por lebre." ISAQUE FERNANDES PEREIRA JR ifjpr@terra.com.br

PIB novo, vida nova?

"Estamos de parabéns. Se o burguês gentil-homem de Molière fazia prosa sem sabê-lo, seguimos seu exemplo ao crescer sem ter nos dado conta. Medir a temperatura de um paciente dará um resultado maior se medido em graus Fahrenheit ao invés de Celsius. Usamos um termômetro diferente, mas as alterações detectadas serão reféns do novo padrão. A mudança ocorrida foi mais significativa, uma vez que foram alterados os pesos relativos dos diversos setores de nossa economia, ao fazer nova aferição. Tanto esta como a anterior pretende apenas ser 'vagamente certa e não rigorosamente errada', parafraseando Keynes. É claro que o embate político irá se reacender. Sorrisos irônicos e aplausos entusiásticos alternam-se. Vamos deixar claro uma coisa: o IBGE é uma organização séria. E, seria completamente descabido argumentar, sem dispor da base de dados e da série histórica que levaram às modificações, ter havido a escolha de um 'mix' que pudesse favorecer os atuais detentores do poder. Houve uma inquestionável alteração dos espaços ocupados pelos diversos setores, em decorrência da modernização, da globalização, do crescimento da economia informal. Acreditar no progresso não significa que ele já tenha ocorrido, dizia Kafka. Isso se aplica ao crescimento." ALEXANDRU SOLOMON asolo@alexandru.com.br

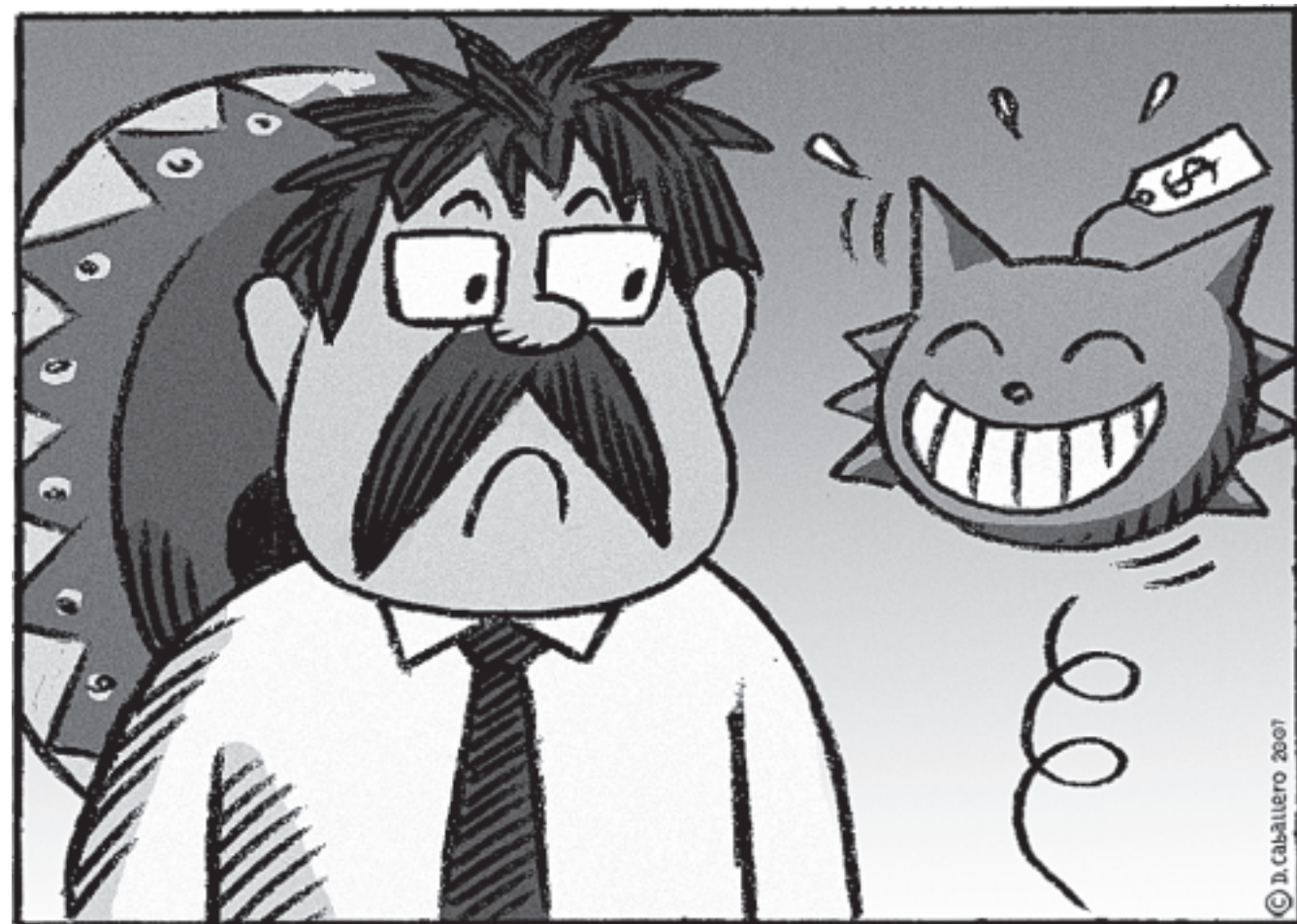
O desafio chinês

O México enfrenta limitações para aproveitar potenciais canais de renovação industrial. Por Javier Santiso e Eduardo Lora

Por que a China vende mais produtos tecnologicamente avançados aos Estados Unidos que o México? Este fato pode surpreender se considerarmos que o México tem vantagens comparativas avassaladoras. Os mexicanos têm todas as chances de ganhar, pela proximidade geográfica, a familiaridade com a cultura e, comparativamente, com a maior disponibilidade de trabalhadores qualificados. Por que então a enxurrada de produtos de alto valor agregado provém agora de Xangai e de outros portos do Leste da China e não do sul do Rio Grande?

De acordo com a sabedoria convencional, a chave seria o baixo custo salarial chinês. É verdade que é quatro vezes inferior ao da América Latina, México incluído. Apesar disso, com salários que crescem em torno de 8% ano após ano, a competitividade chinesa deveria diminuir, não aumentar. Será preciso buscar as causas reais no aumento da produtividade, que contribui em mais de seis pontos percentuais para o crescimento industrial chinês e menos de um ponto para o mexicano. Parte do segredo do voo do dragão asiático está na velocidade na qual as suas empresas assimilam novas tecnologias. Esta capacidade, porém, tampouco esgota toda a resposta: as empresas mexicanas demonstraram ser tão capazes quanto as chinesas durante a década de 1990.

Outros fatores pesam a favor da China. Os trabalhadores se deslocam mais rapidamente de regiões e indústrias decadentes rumo às mais dinâmicas, e as diferenças de produtividade entre umas e outras são muito maiores. À medida que se renovam tecnologicamente para responder às demandas mutantes de mercados mais atraentes, as empresas exportadoras contam também com muitos outros mercados, nos quais podem vender os produtos mais consolidados. As empresas chinesas estão melhor integradas com os provedores de outros países, nos quais podem praticar "outsourcing" (produção de insumos no exterior) para reduzir custos de produção. Muitas destas companhias chinesas que exportam tecnologia, na verdade, são empresas estrangeiras estabelecidas no país: em 2006, quase 60% das exportações chinesas procediam destas empresas e todos os maiores exportadores estão nos segmentos tecnológicos. Embora o acesso ao crédito na China seja bem pouco transpa-



rente, ele nunca falta às empresas bem-sucedidas que contam com a benção estatal. Bem mais importante ainda, o Estado chinês dedica cerca de 10% do PIB anual a investimentos em infra-estrutura portuária, rodoviária, comunicações e eletricidade.

O México, por sua vez, enfrenta graves limitações para aproveitar os canais potenciais de transformação e renovação industrial. A proximidade com os Estados Unidos se transformou numa faca de dois gumes. Suas exportações estão tão voltadas para este país que não dispõem de válvulas de escape para as mudanças nos padrões de demanda ou na dinâmica deste mercado. Igualmente, o país não tratou de desenvolver laços de produção integrada com outros países, nem sequer com os Estados ao Sul do país. O investimento em infra-estrutura, de uma média de menos de 1,5% do PIB desde os meados da década de 1990, foi insuficiente para integrar o país e para amenizar os custos da eletricidade e das telecomunicações. O aparecimento e a expansão das empresas de pequeno e médio porte estão entorpecidos pela falta de crédito, ainda que as de grande porte possam se beneficiar de um sofisticado mercado de capitais inexistente na China.

Na década de 1990, as exportações de manufaturados mexicanos representaram o único caso latino-americano de sucesso comparável ao da China. A partir do Tratado de Livre Comércio (TLC) com os Estados Unidos, a geografia econômica do México se transformou. As atividades industriais se deslocaram dos centros de consumo interno, como a Cidade do Méxi-

co, para aproximar-se dos grandes corredores rodoviários e da fronteira com o maior mercado do mundo. Quase dois terços do crescimento das exportações se concentraram nos quatro Estados do Norte. Diferente do que havia ocorrido antes do TLC, as desigualdades salariais nos Estados mais integrados à economia global se reduziram, ainda que as diferenças de renda entre estes Estados e as regiões pobres do Sul tenham se ampliado. O processo de transformação industrial e regional do México perdeu força a partir do ano 2000. Desde então, as exportações industriais passaram de um crescimento anual de 17% na segunda metade da década de 1990 para apenas 2% na década atual (muito acima das variações nos preços).

Os mexicanos que haviam se acostumado com o progresso agora estão desiludidos, e os que aspiravam subir no trem da modernidade estão ressentidos

As pessoas que haviam se acostumado com o progresso agora estão desiludidas, e as que aspiravam subir no trem da modernidade estão mais ressentidas do que nunca. O país está dividido social e ideologicamente. O novo governo de Felipe Calderón está obrigado a alcançar resultados rapidamente, num ambiente muito saudável sob a ótica macroeconômica, porém encurralado em parte por este desafio chinês (como se pode concluir no li-

vro editado por Javier Santiso, "The visible hand of China in Latin América", Paris, OECD Development Series, 2007).

O México não detém o monopólio destes desafios. Vários países andinos e da América Central conseguiram ou estão em vias de obter acordos de livre comércio com os Estados Unidos. Como demonstra a experiência mexicana, esse estímulo pode ser passageiro. Não basta ter uma economia sólida. É preciso, além disso, ampliar as fontes de crédito, investir pesadamente em infra-estrutura e continuar aumentando a produtividade.

O México, apesar disso, possui uma boa mão, um "ás de ouro" em seu jogo: a proximidade com a maior economia do planeta. Para evitar que lhe arrebatem o jogo, precisa se dotar de infra-estruturas mais eficientes. Portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, tecnologias de logística, além de investir em seu capital humano. Para estes projetos caros, também poderia contar com aliados europeus que gerariam outra enxurrada de investimentos: o mercado mexicano é, sem dúvida, um dos mais atraentes para os grandes grupos de infra-estrutura europeus, sejam eles espanhóis, franceses, italianos ou alemães. O desafio chinês não é uma fatalidade de forma alguma e, sim, uma oportunidade para acordar e continuar avançando.

Javier Santiso é economista-chefe e diretor adjunto do Centro de Desenvolvimento da OCDE.

Eduardo Lora é economista-chefe interino do Banco Interamericano de Desenvolvimento (Banco Mundial).